

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/361886188>

Para uma abordagem sindêmica à "epidemia da desinformação".

Preprint · July 2022

DOI: 10.13140/RG.2.2.36052.68484

CITATIONS

0

READS

50

1 author:



[Davide Scarso](#)

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia

38 PUBLICATIONS 15 CITATIONS

SEE PROFILE

PARA UMA ABORDAGEM SINDÊMICA À “EPIDEMIA DA DESINFORMAÇÃO”

Davide Scarso¹

“Nas multidões, as ideias, os sentimentos, as emoções, as crenças possuem um poder de contágio tão intenso quanto o dos micróbios”

Gustave Le Bon

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras páginas do livro *La contagion des idées* (O contágio das ideias), o antropólogo francês Dan Sperber (1996) observa como a analogia entre a difusão de uma doença infecciosa e a propagação de determinadas ideias é tão antiga e tão enraizada no pensamento ocidental que seu caráter metafórico se tornou quase imperceptível. Naquela obra, Sperber pretendia assumir plenamente o paralelismo e contribuir ao desenvolvimento de uma abordagem naturalista à cultura humana na forma de uma “epidemiologia das representações”, que vê as ideias não como fenômenos essencialmente intra-psíquicos e subjetivos, mas como pacotes de significado em constante migração. “Certas ideias,” escrevia ele, “crenças religiosas, receitas de culinária ou hipóteses científicas, por exemplo, propagam-se com tanta eficácia que, em versões diferentes, podem acabar por invadir de maneira durável populações inteiras” (SPERBER, 1996, p. 1, tradução nossa).

Desde que o vírus SARS-CoV-2 ganhou novos poderes e começou a infectar seres humanos pelo mundo inteiro, a analogia entre epidemia e difusão de certos conteúdos ganhou um destaque muito maior, como é natural. No entanto, ela nunca deixou de estar presente, o que talvez tenha ocorrido com mais evidência desde que as redes sociais se tornaram meios de comunicação de grande relevância. Pensemos, por exemplo, no uso do adjetivo “viral” e do verbo “viralizar” em relação a um *post*, *tweet*, vídeo ou “meme” que tenha sido visualizado e partilhado por um grande número de pessoas em um curto espaço de tempo. Neste texto, tomamos como ponto de partida esse renovado interesse na “contagiosidade” das ideias, deixando de lado a possibilidade de uma “ciência natural da cultura” almejada por Dan Sperber e procurando, na verdade, mostrar como há pouco de “natural” nas formas de vida coletiva (se entendermos por natural, de maneira muito redutora, o caráter de algo sujeito a regularidades estáveis e facilmente objetiváveis).

¹ Professor Auxiliar no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (FCT-UNL) e investigador do Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia (CIUCHT).

2 INFODEMIA

Ao longo dos últimos dois anos, ou seja, desde que começou a pandemia do novo coronavírus, ouvimos falar com alguma frequência em “epidemia da desinformação” e em “infodemia”. A ideia é que, ao lado dos riscos que são próprios ao contágio por um vírus que só recentemente ganhou a capacidade de infectar seres humanos, há perigos que são ligados à difusão de informações parciais, distorcidas ou erradas. A origem do termo “infodemia” é atribuída a um artigo escrito em 2003 pelo jornalista e cientista político David Rothkopf na ocasião do surto de SARS na região de Guangdong, no sul da China (ROTHKOPF, 2003). No texto, Rothkopf a define como “Uma meia dúzia de fatos, misturados com medo, especulação e rumores, amplificados e difundidos a nível mundial pelas modernas tecnologias da informação” (ROTHKOPF, 2003, n.p., tradução nossa). Apesar das evidentes analogias com a situação atual, a tônica do artigo é bastante diferente, como foi, de resto, o percurso do vírus SARS na altura. Rothkopf lamenta, pois, que mídias e redes sociais tenham amplificado o perigo real representado pelo surto de SARS, produzindo danos econômicos e sociais desproporcionais. Tal efeito multiplicador teria transformado aquilo que, no fundo, era “uma crise de saúde regional chinesa” em um verdadeiro “desastre econômicos e social global” (ROTHKOPF, 2003)².

Como é possível ver, a preocupação que levou o Rothkopf a lamentar os efeitos da infodemia é diametralmente oposta à atual, e o que aconteceu no caso do vírus SARS-CoV-2, como sabemos, é infelizmente muito diferente, dado que a epidemia passou muito rapidamente do nível regional a uma difusão global, com danos humanos, sociais e econômicos não comparáveis ao surto de 2003. Paralelamente, o sentido do termo “infodemia” também mudou, já não sendo ligado a uma suposta amplificação indevida da percepção dos riscos sanitários que provocou danos econômicos injustificados, mas, pelo contrário, a uma difusão rápida e incontrolável de discursos que poderiam colocar em causa as estratégias de luta contra a difusão da doença provocada pelo novo coronavírus.

Em um pronunciamento feito em 15 de fevereiro de 2020, o Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, afirmou que todos os países afetados pelo coronavírus estariam combatendo não apenas uma epidemia,

² Vai em outra direção a “Infodemiologia” proposta por Gunther Eysenbach, que estuda e utiliza a correlação entre conteúdo das pesquisas online e difusão de epidemias com o objetivo de melhorar a promoção da saúde pública (EYSENBACH, 2006).

mas duas: “As *fake news* são tão perigosas quanto o vírus e se espalham ainda mais rapidamente” (DEPARTEMENT OF GLOBAL COMMUNICATIONS, 2020, n.p., tradução nossa). Se a adesão do maior número possível de pessoas às medidas sanitárias orientadas a conter a disseminação do vírus é essencial à gestão eficaz e à redução de mortes evitáveis, qualquer coisa que possa enfraquecer a pronta adesão por parte das pessoas é considerada uma ameaça. A pandemia de Covid-19 veio, assim, a agudizar aquilo que muitos já viam como um problema grave, e inédito, das sociedades contemporâneas, ou seja, a difusão da desinformação, muitas vezes associada a uma suposta “polarização”, a um extremar das opiniões que seria deletério para a própria saúde dos países democráticos³.

É difícil não fazer aqui um pequeno desvio pelo breve texto de Marc Bloch, *Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre* (Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra) (BLOCH, 2019) que, em uma reedição atualizada poderia vir a ser intitulado “A Guerra e as Fake News”⁴. O que o Bloch observava no artigo de 1921 é que, em um contexto de guerra, os canais tradicionais de comunicação são interrompidos ou, pelo menos, dificultados. A difusão da informação percorre então outras vias mais frágeis, como, e sobretudo, o “boca a boca”, não havendo, assim, espaço para os processos de corroboração e verificação que acontecem, por exemplo, no trabalho jornalístico tal como em um período caracterizado como “normal”. Parece que hoje o raciocínio se mantém, não obstante, em sentido inverso: se a informação não circula de maneira correta, se há tanta desinformação circulando, então, deve ser porque as vias normais de difusão estão em crise e isto, por sua vez, sugere-nos que estamos mais ou menos em uma “guerra”. Em uma situação “normal”, ou de paz, há um conjunto mínimo de regras básicas que a maioria das pessoas tende a seguir, como não mentir, não caluniar, não espalhar boatos com o intuito de ferir alguém – mesmo que a obediência a tais regras se dê por temor a uma possível responsabilização –, além das formas estabilizadas de verificação (*fact-checking*) que, em estado de guerra, já não são seguidas ou deixam de existir. Porque na guerra, como se costuma dizer, vale tudo. Essa

³ Vejam-se, por exemplo, a brochura publicada pela Comissão Europeia *Disinformation: A threat to democracy* (EUROPEAN COMMISSION, 2021) e as apresentações na recente conferência *Disinformation and the Erosion of Democracy*, organizada pelo Institute of Politics da Universidade de Chicago e a revista *The Atlantic* (a gravação pode ser vista em <https://disinfo2022.com/>).

⁴ Aliás, vale a pena lembrar que entre a metáfora da guerra e da epidemia correm relações bastante intensas, sobretudo se considerarmos como o imaginário bélico é frequentemente associado ao sistema imunitário, feito de defesas, fronteiras e barreiras contras os ataques e as invasões de elementos externos (ESPOSITO, 2002), reativando talvez o sentido arcaico do grego *demos* como país ou território habitado por um povo (MARTIN; MARTIN-GRANEL, 2006).

guerra simbólica – pressuposto da difusão da desinformação, senão da morte da verdade – tem, assim, a forma de um antagonismo radicalizado e supostamente prejudicial, de um confronto entre posições extremas que, para usar outra expressão um bocado gasta, não olham meios para atingir os fins. Dito de outra forma, é sinal do desaparecimento do centro, ou seja, de um terreno comum central que representa a condição de possibilidade de uma confrontação e negociação racional.

Ainda que evidentemente potencializado pela situação de grave emergência provocada pela pandemia do novo coronavírus, trata-se de um discurso que não se limita claramente a esse contexto, nem tampouco a esse período mais recente. São recorrentes na comunicação social e mesmo no discurso de especialistas e comentadores em comunicação e em ciência, as convicções de que: 1) está em curso uma difusão sem precedentes de desinformação, *fake news* e ideias desviantes; e 2) essa disseminação de informações erradas teria como efeito uma radicalização e polarização dos posicionamentos políticos, segundo termos que o discurso midiático retoma com frequência.

Nos últimos anos não houve dia em que não tenha sido lançada uma nova iniciativa de luta contra a desinformação, de combate às *fake news* e de promoção de competências na distinção entre a informação fidedigna e não fidedigna, ou entre informação e “manipulação”. Sem dúvida louváveis, essas iniciativas parecem, porém, trazer consigo alguns pressupostos que merecem ser investigados, a começar, por exemplo, pela ideia de que uma sociedade na qual fosse possível eliminar completamente a circulação desse tipo de informação desviante não seria polarizada, não seria fraturada e não haveria nela conflitos políticos profundos. É evidente que se trata de uma posição própria a quem procura naturalizar uma certa ideia e forma de sociedade apaziguada, e que poderá não corresponder aos interesses de todos e todas que nelas participam. Tratar-se-ia, então, de uma posição que, no intuito mais ou menos sincero de “proteger a sociedade”, procura manter um determinado *status quo* que favorece alguns, mas, muito provavelmente, não favorece outros.

Quando, portanto, ouvimos falar dos riscos de que a aparentemente “inédita” difusão da desinformação – e de uma difusão alegadamente potencializada pelas redes sociais – pode colocar em causa a democracia, a própria ordem democrática (um discurso muito presente na imprensa anglo-saxônica mas que tem se dispersado em muitos outros países), devemos perguntar-nos que tipo de democracia é posta em causa por esses

fenômenos, e até que ponto a relação causal entre os dois processos é assim tão linear e direta.

Vale a pena considerar mais de perto a imagem da difusão da desinformação expressa nos termos de um contágio e epidemia de ideias, uma epidemia, nesse caso, de ideia desviantes. Estritamente ligada ao modelo do contágio viral, corresponde à existência de um ou mais sujeitos portadores de uma certa informação que a transmitem de uma maneira ou outra a outros sujeitos, que, uma vez “infetados”, transmitem-na, por sua vez, a outros e assim sucessivamente, em uma multiplicação que se supõe exponencial, tal como acontece com o contágio no sentido mais próprio. É aqui que iniciativas que tenham o objetivo de interromper a difusão dessa transmissão de ideias “erradas” poderiam contribuir a estancar a epidemia de desinformação, ou pelo menos a “achatar a curva”. Segundo essa ordem de considerações, é, então, necessário preparar sistemas que dificultem a disseminação das ideias aberrantes, o que ocorre essencialmente de duas formas: 1) impedindo, à fonte, a emissão dessas informações, portanto isolando os sujeitos mais contagiantes (os que no contexto da epidemia de Covid-19 chegaram a ser definidos *superspreaders*); e 2) preparando os sujeitos para se defenderem, ou seja, reforçando o sistema “imunitário” cognitivo de quem poderia entrar em contato com discursos nocivos. Se sucedidas, essas operações se traduziriam em um abrandamento da epidemia e, possivelmente, na sua interrupção.

3 SINDEMIA

Porquanto seja possível que uma abordagem tal como a anteriormente mencionada possa ter algum resultado, parece-nos que corre-se o risco de sobrestimar o poder contagiante dessas ideias e, conseqüentemente, do papel causal dos seus difusores ativos. Inversamente, corre-se o risco de subestimar as condicionantes prévias que facilitam o seu aparecimento e a sua difusão. Para aprofundar a analogia com a epidemia no sentido literal, aquela que tem a ver com micróbios, sabemos como vários elementos relativos às características próprias dos sujeitos fazem com que sejam mais ou menos sensíveis à infecção e aos seus efeitos. No caso da epidemia do novo coronavírus, por exemplo, ouvimos com frequência falar que existem algumas condicionantes conhecidas (havendo provavelmente outras ainda não conhecidas) que aumentam consideravelmente as possibilidades de se contrair as formas mais graves da doença: em primeiro lugar a idade e a presença de certos tipos de condições (obesidade, hipertensão, problemas cardíacos

etc.). Ademais, sabemos também que dimensões de ordem socioeconômica jogam um papel extremamente importante na dinâmica das epidemias. Os grupos mais frágeis do ponto de vista social e econômico possuem risco maior não só de entrar em contato com o vírus, mas também de desenvolverem formas mais graves e letais da doença (PUBLIC HEALTH ENGLAND, 2022). No Reino Unido, onde a questão tem sido estudada com atenção, as estatísticas mostraram com clareza um impacto maior (mas não uniforme) da epidemia do novo coronavírus nos grupos étnicos não brancos. Não há evidência, até ao momento, de qualquer possível intervenção de mecanismos genéticos (como acontece para outros problemas de saúde crônicos) e estudos ajustados às condições sociais e econômicas parecem explicar, se não todas, pelo menos grande parte das diferenças (STAFFORD *et al.*, 2020). Para compreender e contrastar devidamente a pandemia é necessário, portanto, uma abordagem “sindêmica” (BISPO JÚNIOR; SANTOS, 2021; HORTON, 2020).

Introduzida a partir dos anos 1990 pelo antropólogo da medicina Merrill Singer (SINGER, 2009), a noção de sindemia pretende chamar a atenção, por um lado, para a interação entre uma doença e outras condições de saúde e, por outro, para a conexão entre saúde e condições sociais dos indivíduos e das populações. Na perspectiva sindêmica, então, põe-se em relevo a interação entre a difusão de determinadas doenças e a configuração das relações sociais e econômicas. Relativamente à pandemia de Covid-19, o diretor da prestigiada revista *The Lancet*, Richard Horton, observou, em um breve mas contundente comentário, que “[t]odas as nossas intervenções se concentram em cortar as rotas de transmissão viral para controlar a disseminação do patógeno” (HORTON, 2020, p. 874, tradução nossa). No entanto, continua o texto, de nada servirá enquanto se ignoram “[...] os fatores estruturais que dificultam o acesso dos pobres à saúde ou a uma alimentação adequada”. E conclui: “A menos que os governos elaborem políticas e programas para reverter profundas disparidades sociais, nossas sociedades nunca estarão verdadeiramente protegidas da covid-19” (HORTON, 2020, p. 874, tradução nossa).

Parece-nos que poderá ser bastante útil e produtivo aprofundar a analogia entre epidemia viral e difusão da desinformação e introduzir também para esta última uma abordagem sindêmica que nos obriga a analisar as relações entre o contexto social e político e a difusão de noções consideradas desviantes. Mantendo essa analogia, devemos perguntar-nos se não haverá também condicionantes estruturais que possam facilitar – ou, ao pelo contrário, obstacular – o contágio de ideias. Por conseguinte, é necessário considerar não apenas o fato de uma determinada pessoa ter sido ou não exposta a uma

certa ideia, mas também a presença de diferentes quocientes de suscetibilidade nos sujeitos “contagiados”.

Não sendo propriamente inédita, a noção de que pode haver condições prévias que predispoem a sermos mais ou menos infectados por parte da desinformação tende, porém, a usualmente a ser pensada em termos de iliteracia científica, enviesamento cognitivo ou manipulação. Daí o foco em campanhas de informação e de sensibilização que, apesar de sempre bem-vindas, parecem-nos falhar em seu objetivo enquanto assumem os sujeitos em questão como receptores passivos e não pela via contrária – que consideramos mais produtiva – enquanto atores presos em um processo de subjetivação individual e coletiva⁵. Sem, no entanto, retirar nada de quanto possa haver de duvidoso, senão de abertamente “tóxico”, nesses processos. Trata-se, portanto, de dizer que a desinformação viral, a polarização e a suposta irracionalidade não são as causas da crise das condições de um debate público esclarecido e racional, mas que serão antes sintomas e correlatos de uma precarização das condições de vida coletiva e de uma paralela privatização da chamada esfera pública, segundo processos que, na verdade, começam mais a montante.

4 O FIM DA ÉPOCA DA SOCIEDADE “RACIONAL”?

Poderá ser interessante aqui evocar uma correspondência com o discurso elaborado pelo cientista político italiano Giovanni Sartori em *Homo videns: televisione e post-pensiero* (Homo Videns: Televisão e pós-pensamento) (SARTORI, 2011), livro que teve uma certa ressonância nos anos noventa. Segundo Sartori, o papel cada vez mais relevante assumido pela televisão na veiculação e filtragem da informação teria transformado de tal forma o debate político que um certo tipo de discurso e um certo tipo de racionalidade já não seriam possíveis, chegando, assim, a anunciar o início de uma época de “*emotivização da política*” (SARTORI, 2011, p. 101; grifo no original, tradução nossa), dominada pela desinformação e pela falsidade. Com uma interessante análise comparativa entre o valor epistêmico de palavras e imagens, Sartori considera que a preponderância da imagem em movimento sobre o discurso escrito e falado teria provocado um enfraquecimento

⁵ O maior inquérito a nível mundial sobre opiniões concernentes as mudanças climáticas (FLYNN *et al.*, 2021) revelou, entre muitas outras coisas, uma clara discrepância entre a grande maioria que reconhece tratar-se de uma emergência global (74%) e o número muito inferior de pessoas que considera necessária uma ação urgente e abrangente (41%). Face a esse aparente paradoxo, a reação surpreendida dos investigadores, que consideram ser necessário “[...] mais educação, até para aqueles que já mostram preocupar-se com as alterações climáticas” (FLYNN *et al.*, 2021, p. 17, tradução nossa) mostra claramente que o “*deficit model*” ainda não saiu do horizonte, apesar das críticas (BUCCHI, 1998, p. 1-19).

irremediável do discurso público, implicando a impossibilidade de comunicar e debater questões complexas, o que acarretaria, por sua vez, um empobrecimento radical da vida política contemporânea.

A analogia com muitos discursos recentes em torno dos meios de comunicação digitais e das redes sociais é bastante evidente, uma recorrência que, de resto, os *media studies* nunca deixaram de sublinhar (OUELLETTE; GRAY, 2017). Encontramos uma abordagem bastante próxima, e bem argumentada, na obra do sociólogo britânico William Davies (2019), *Nervous States: How Feeling Took Over the World* (Estados Nervosos: Como os Sentimentos Tomaram Conta do Mundo). Como explica o autor nos parágrafos iniciais:

Este livro conta a história de como esse projeto do século XVII [ou seja, o de elevar a razão acima da emoção] desabou, com os resultados que vemos hoje. Parece que os peritos e os fatos já não conseguem resolver as controvérsias tal como faziam antes. Afirmações objetivas acerca da economia, da sociedade, do corpo humano e a natureza já não podem ser isoladas das emoções de maneira eficaz (DAVIES, 2019, p. xiv; tradução nossa).

Outro exemplo particularmente contundente, ainda que mais panfletário e grosseiro – marcado aliás por uma agenda bastante reacionária –, é o livro *The Madness of crowds – gender, race, identity* (A Loucura das Multidões – gênero, raça, identidade) do escritor e comentador político britânico Douglas Murray (2020). Não bastasse o título, o subtítulo “Gênero, Raça, Identidade” torna evidente desde logo o posicionamento neo-conservador de Murray que, já nas primeiras linhas, ilustra com clareza o ponto de partida: “[...] estamos vivendo uma grande loucura coletiva (*crowd derangement*): em público e em privado, tanto online como offline, as pessoas atuam de formas que são cada vez mais irracionais, febris, típicas de um rebanho e simplesmente desagradáveis.” (MURRAY, 2020, p. 2, tradução nossa). Sem deixar de ser uma obra detestável, o livro de Murray tem o mérito (porventura o único) de remeter de maneira explícita a outro texto mais antigo, intitulado *Extraordinary Popular Delusions and the Madness of Crowds* (Extraordinários Devaneios Populares e a Loucura das Multidões), de Charles MacKay (2018), publicado pela primeira vez em 1841.

A interpretação de Davies é incomparavelmente mais articulada, argumentada e produtiva. No entanto, parece animada por uma adesão excessiva à própria noção de modernidade que nela é apresentada, sem chegar a enfatizar suficientemente o caráter de performatividade política da separação de “razão” e “emoção”, supostamente posta em causa por esta nossa “nova era das multidões”. Também Davies, por sua vez, remete

explicitamente a um livro publicado há mais de um século, ou seja à *Psychologie des Foules* (Psicologia das Multidões) de Gustave Le Bon (2008[1895]), onde, de resto, aparece a comparação entre o “poder contagiante” das ideias e dos micróbios que colocamos em epígrafe.

Com esses quatro textos podemos traçar uma espécie de arco histórico que vai da metade do século XIX até às primeiras décadas do século XXI e que descreve algo como uma “época da sociedade” (PROCACCI; SZAKOLCZAI, 2003). São dados bem conhecidos, mas vale a penas lembrar que foi precisamente a partir do século XIX que se deu o início de um crescimento exponencial da população urbana com diferentes ritmos a nível global, mas com uma clara aceleração nas maiores cidades da Europa e das Américas. Graças ao primeiro censo oficial britânico e às difusas preocupações malthusianas da época, sabemos que, de 1801 a 1901, o número de habitantes da cidade de Londres passou de menos de um milhão a 4.5 milhões (6.5 na *Greater London*), com a população total de Inglaterra e País de Gales passando de 9.4 milhões a 32.5 milhões. No mesmo período, a população de Paris passou de 540 mil pessoas a 2.7 milhões (DALY, 2015). Sem conceder um valor explicativo exclusivo (e malthusiano) à explosão demográfica – que, por sua vez, está de resto ligada a muitas outras alterações – não é difícil imaginar a apreensão e ansiedade que essa profunda transformação poderá ter trazido às elites europeias.

Poderemos, então, ver os livros de MacKay e Le Bon – assombrados pela entrada em cena de uma nova figura coletiva, a multidão – como sintoma de uma fase aguda de reconfiguração das relações sociais e de procura de novas formas de vida em comum. Não podemos, no entanto, ignorar o quanto desse medo face ao surgimento daquela que foi mais tarde conhecida como “sociedade de massa” esteve também intimamente ligado ao receio, por parte das classes privilegiadas, de uma possível reestruturação radical das relações de poder. As palavras de Gustave Le Bon, deste ponto de vista, são iluminantes. Na *Psicologia das Multidões*, trabalho que pretende estudar as características dessa nova experiência mental que é a vida em coletividade da multidão urbana, a massa é descrita por Le Bon com termos como “impulsiva”, “móvel”, “irritável” e, ainda, “feminina”, “infantil”, “bárbara” e “selvagem”, ou seja, no fundo, como essencialmente irracional e incapaz de racionalidade. Mas, juntamente aos fenômenos de sugestão coletiva, de pânico, de descontrole, Le Bon atribui à multidão irracional a tendência a formular exigências descabidas e insustentáveis, tais como: “[...] limitação das horas de trabalho, expropriação das minas, das estradas de ferro, das fábricas e do solo; distribuição igual

dos produtos, supressão das classes superiores em benefício das classes populares etc.” (LE BON, 2008, p. 21). Não é difícil reconhecer aqui o caráter eminentemente político, e nesse caso francamente reacionário, da defesa da racionalidade individual face à suposta irracionalidade do coletivo por parte de Le Bon. Mostra-se assim em toda a sua evidência o papel profundamente ambivalente que as ciências sociais (que, não por acaso, consolidam-se como disciplinas naquela mesma época) tiveram em, por um lado, valorizar a nova “potência da multidão” e, por outro, tentar refrear – quando não suprimir – as suas potencialidades revolucionárias (PROCACCI; SZAKOLCZAI, 2003). Avançando mais em profundidade, deparamo-nos aqui com o caráter ambivalente dos próprios ideais republicanos e liberais que se, a princípio, reconhecem o igual direito de todos e todas em aceder ao debate racional e aos processos decisórios, nos fatos limitam tal acesso apenas àqueles que mostram possuir as qualidades necessárias para estar à altura desse debate racional.

Se, por um lado, promove-se a difusão da escolarização e da informação de forma a abranger um número cada vez maior de pessoas, por outro, limita-se o acesso efetivo à esfera pública a quem ainda não é considerado capaz de participar dela devidamente. Os vagabundos, os proletários, as mulheres e os povos colonizados são, assim, objeto de um governo legítimo enquanto incapazes, pelo menos por enquanto, de governarem-se a si próprios (ROSE, 2004). O sociólogo alemão Peter Wagner fala, relativamente àquela época, de uma primeira crise da modernidade, da modernidade que ele qualifica como “restrita”, enquanto alicerçada, pelo menos desde a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, no reconhecimento formal da igualdade e dos direitos e da autonomia dos indivíduos (WAGNER, 1994, p. 37). As observações alarmadas de MacKay e Le Bon, ao lado de muitas outras, surgem precisamente no âmbito dessa crise e face à emergência de novas forças coletivas e às suas demandas de igualdade e participação. Para Wagner, é em resposta às perturbações da “modernidade liberal restrita” que se vêm desenvolvendo as instituições de proteção e segurança social próprias de uma fase sucessiva de “modernidade organizada” (WAGNER, 1994, p. 73): proteção da infância e da maternidade, reformas, cuidados de saúde, tudo aquilo que – com ritmos, percursos e intensidades diferentes nos diferentes países ocidentais – viria a constituir o chamado “compromisso fordista-keynesiano” e a fisionomia do que conhecemos como Estado-Providência⁶. Mais do que um mecanismo virtuoso instaurado pela magnanimidade e

⁶ Sobre o risco de uma leitura excessivamente homogênea e linear do processo de formação do “estado providência”, e da sua própria consistência interna, veja-se, por exemplo, Rose (2004) e De Felice (1998).

inteligência de algumas figuras esclarecidas, tratou-se, na verdade, de um processo de constante luta e negociação que, a partir dos conflitos entre capital e trabalho ao longo dos chamados “trinta anos gloriosos”, trouxe claros avanços em termos de justiça social e participação, ocorridos, porém, à base de uma troca hobbeseana entre proteção e subordinação (DE FELICE, 1998).

O equilíbrio dinâmico e instável desse compromisso, alicerçado em grande parte na figura do trabalhador masculino, branco e chefe de família (e a quem se promete uma crescente capacidade de consumo), é posto em causa pelo menos desde o final dos anos 1960 pelos movimentos feministas, ecologistas, pacifistas e anticoloniais, que denunciam as múltiplas formas de violência que aquele “acordo” ocultava, tanto a nível simbólico quanto a nível material. Como vários intérpretes observaram – de Michel Foucault ao *operaismo* italiano – não se compreende plenamente a penetração das técnicas de governo neoliberais senão como formas de contra-revolução que procuram precisamente suprimir e contornar as demandas e as críticas daqueles movimentos, considerados “excessos” democráticos (CHIGNOLA, 2018; HARDT; NEGRI, 2000). De fato, podemos ver nas análises já clássicas de Jürgen Habermas acerca das transformações da esfera pública (HABERMAS, 2003) uma tentativa de fixar e reforçar os seus contornos face aos sinais do seu iminente esvaziamento. Por outro lado, como muitos comentários críticos sublinharam – entre os quais vale sempre a pena destacar a lúcida análise de Nancy Fraser (FRASER, 1990) – uma abordagem abstrata e, apesar das intenções, “transcendental” à noção de esfera pública nunca poderá ultrapassar a sua origem burguesa e reconhecer em pleno as suas ambivalências estruturais, atravessada como é por hierarquias internas e múltiplas estruturas de exploração e exclusão.

Parece-nos, pois, impossível entender a difusão da desinformação, dos negacionismos científicos e das teorias da conspiração sem ter em conta as radicais transformações impressas nas formas de vida coletiva pelas técnicas de governo neoliberal e pelas profundas instabilidades socioeconômicas que delas derivaram, a começar da crise financeira de 2008. Somente tendo em consideração a progressiva privatização das relações laborais, a precarização das condições econômicas, a subtração crescente de processos decisoriais ao escrutínio democrático em nome de uma governação declinada em termos meramente técnicos (BROWN, 2017; CHIGNOLA, 2018), que se poderá avaliar adequadamente fenômenos que só uma leitura superficial e parcial pode interpretar como meras irrupções de irracionalidade. Pensar a difusão da desinformação segundo uma nítida alternativa entre a razão e a sua ausência, ou como

crise do projeto moderno de racionalização, muitas vezes atribuída a uma espécie de “barbarização” das formas de relacionamento social introduzida pelas redes sociais, tem um efeito profundamente despolitizador e, ao mesmo tempo, cumpre uma função ideológica conservadora.

Se, por um lado, podemos verificar a crise de mecanismos que constituíram por muito tempo as condições de possibilidade da chamada esfera pública, por outro, não podemos deixar de observar como essas condições de possibilidade, longe de serem neutras e transparentes, baseavam-se em mecanismos de filtragem, controle e de inclusão/exclusão. Apesar dos esforços, muitas vezes genuínos, em ampliar as condições de acesso ao debate racional e à deliberação democrática, nunca deixou de haver critérios de admissão rigorosos e iniludíveis que fizeram dessa admissão um privilégio para um número relativamente limitado de indivíduos. A distinção entre racional e irracional, ou entre razão e emoção, longe de ser uma questão toda interna à vida cognitiva dos indivíduos, está, pelo contrário, intimamente ligada às formas de governo da vida coletiva e às modalidades de subjetivação próprias da política moderna. A distinção entre o que as ciências comportamentais contemporâneas chamam “Sistema 1”, a intuição, e “Sistema 2”, o raciocínio, (KAHNEMAN, 2015) é, assim, não apenas a simples perpetuação de um secular “erro de Descartes”, mas o fruto de uma precisa ortopedia da razão que estabelece com rigor critérios e níveis de acesso à vida pública e aos mecanismos de decisão política⁷, por vezes até com as melhores das intenções. Tomando como exemplo o caso da hesitação face à vacinação contra o COVID-19, e utilizando alguns estudos desenvolvidos no Reino Unido, ficou claro que a comunidade étnica à qual se pertence é um preditor muito mais fiável do que o nível da educação ou de alfabetização científica, sendo os níveis de hesitação muito mais altos nos grupos minoritários (CHEN *et al.*, 2021; ROBERTSON *et al.*, 2021). Em outras palavras, confiar ou acreditar na ciência – como se costuma dizer – não depende apenas das competências cognitivas ou dos conhecimentos dos indivíduos, mas é antes correlato e expressão do lugar que se ocupa numa determinada configuração social.

⁷ O que explica, a meu ver, como a teoria de Kahneman, apesar de ter sido objeto de críticas substanciais (MELNIKOFF; BARGH, 2018; ULRICH SCHIMMACK; MORITZ HEENE; KAMINI KESAVAN, 2017) que levaram, aliás, o autor a uma retratação parcial (KAHNEMAN, 2017), continua a ser um trabalho de referência nas ciências comportamentais e, mais ainda, nas intervenções públicas que nelas vão buscar a sua legitimação. Veja-se, por exemplo, o *Policy Brief* sobre “O papel das emoções em campanhas de promoção de comportamentos de saúde” da *Task Force* de Ciências Comportamentais criada pelo Governo Português em ocasião da pandemia de Covid-19 (MATOS, 2021).

5 CONCLUSÃO

Nesse sentido, consideramos que a “epidemia da desinformação” – que, como vimos, deveria ser antes analisada como sindemia – poder ser entendida como uma doença senil do neoliberalismo. Notícias falsas, mitos urbanos, teorias da conspiração sempre existiram, porém, a sua difusão, o uso que delas é feito e o seu alcance dependem de muitas outras variáveis. Estamos convencidos que os processos de individualização, privatização e precarização das relações sociais introduzidos pelas técnicas de gestão neoliberal, somados à sua incapacidade de manter as promessas de enriquecimento geral, produziram o contexto ideal para o surgimento desses fenômenos. O dismantelamento dos sistemas de proteção social e a privatização das relações laborais produziram exclusão, precariedade e incerteza perante o futuro. Com uma manobra de gênio, a estranha mistura de autoritarismo racista e pulsões libertárias das novas direitas – aquilo que W. Brown chamou o “Frankenstein do Neoliberalismo” (BROWN, 2018) – veio precisamente capturar e mobilizar esse ressentimento e essas ansiedades.

A autonomia do sujeito levada ao seu paroxismo pelo tardio neoliberalismo induz a uma enorme dificuldade em encontrar terrenos comuns nos quais negociar novas formas de vida coletiva. A liberdade da crise neoliberal é a do indivíduo livre para tomar opções, para escolher, para expressar a sua vontade enquanto dotado, poderíamos dizer “por natureza”, de uma plena autonomia que precisa ser defendida a qualquer custo. A erosão da legitimação democrática em nome da pura eficácia técnica, a incapacidade de vislumbrar outros horizontes de vida coletiva, o paralelo reinvestimento num ideal de liberdade puramente individual, criaram, por assim dizer, a tempestade perfeita. Para os sujeitos produzidos pela sociedade liberal – ou seja, de uma forma ou outra, todos nós – a desconfiança nas autoridades, a recusa do *expertise*, os mitos negacionistas e conspiratórios podem representar armas de arremesso numa paradoxal forma de resistência, de individualismo coletivo militante. Isso se torna ainda mais paradoxal quando, como sabemos, essas formas de subjetivação política são vigorosamente cooptadas pelas mesmas elites que mais apoiaram a conversão neoliberal, e mais lucraram com ela, para defender os seus privilégios.

Considerar a erosão da vida democrática empreendida pelas estratégias de governo neoliberais como pano de fundo essencial para compreender a “infodemia” não implica que não sejam relevantes também os trabalhos de propaganda ativa ou o papel acelerador e multiplicador das redes sociais. Pretende-se apenas afirmar que estes últimos não devem

ser considerados como causas únicas, nem, porventura, as principais. Da mesma forma, dizer que as condições de possibilidade de um debate coletivo produtivo e funcional não são meramente abstratas, mas são sempre permeadas por relações de poder, não implica concluir que todas as suas possíveis configurações sejam igualmente válidas. Se os equilíbrios serão sempre instáveis e antagônicos, isto não significa que alguns não sejam mais desejáveis do que outros. O essencial será, então, encarar a racionalidade não já como um atributo próprio do ser humano, como indivíduo, mas como o resultado de uma prática coletiva, quase como uma experimentação, que precisa neste momento ser novamente negociada e estruturada. Talvez o melhor que possamos fazer seja colaborar na criação de instrumentos conceituais e formas institucionais que possam contribuir à sua reconstituição, sem nunca esquecer a sua dupla natureza ao mesmo tempo discursiva e material.

REFERÊNCIAS

- BISPO JÚNIOR, J. P.; SANTOS, D. B. dos. COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 10, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LVBpYxSZ7XbdXK74TPPmzR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 5 dez. 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00119021.
- BLOCH, M. **Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre**. 4e éd. Paris: Éditions Allia, 2019.
- BROWN, W. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2017.
- BROWN, W. Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century "Democracies". **Critical times**, v. 1, n. 1, p. 60–79, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/26410478-1.1.60> Acesso em: 5 dez. 2021.
- BUCCHI, M. **La scienza imbavagliata**. Eresia e censura nel caso Aids. Arezzo: Limina, 1998.
- CHEN, P. Z.; KOOPMANS, M.; FISMAN, D. N.; GU, F. X. Lessons about COVID-19 vaccine hesitancy among minority ethnic people in the UK. **The Lancet Infectious Diseases**, v. 21, n. 9, p. 1204–1206, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(21\)00404-7](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(21)00404-7) Acesso em: 5 dez. 2021.
- CHIGNOLA, S. **Da dentro**. Biopolitica, bioeconomia, Italian Theory. Roma:

DeriveApprodi, 2018.

DALY, N. **The demographic imagination and the Nineteenth-century city**: Paris, London, New York. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2015. DOI: 10.1017/CBO9781316155295.

DAVIES, W. **Nervous states**: how feeling took over the world. London: Vintage, 2019.

DE FELICE, F. Il Welfare State: Questioni controverse e un'ipotesi interpretativa. **Qualità Equità**, v. 16, p. 124–142, 1998.

ESPOSITO, R. **Immunitas**: protezione e negazione della vita. Torino: Einaudi, 2002.

EUROPEAN COMMISSION, **Disinformation**: A threat to democracy. Bruxelles: European Comission, 2021.

EYSENBACH, G. Infodemiology: Tracking Flu-Related Searches on the Web for Syndromic Surveillance. **AMIA Annual Symposium Proceedings**, v. 2006, p. 244-248, 2006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1839505/> Acesso em: 5 abr. 2022.

FLYNN, C. *et al.* **Peoples' Climate Vote** - Results. United Nations Development Programme. 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/peoples-climate-vote> Acesso em: 5 abr. 2022.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i220058> Acesso em: 5 abr. 2022.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Empire**. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 2000.

HORTON, R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **The Lancet**, , v. 396, n. 10255, p. 874, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32000-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32000-6). Acesso em: 5 abr. 2022

KAHNEMAN, D. **Thinking, fast and slow**. New York: Farrar Straus and Giroux, 2015.

KAHNEMAN, D. **From Daniel Kahneman. I accept the basic conclusions of this blog**. Replicability Index. 2 fev. 2017. Disponível em: <https://replicationindex.com/2017/02/02/reconstruction-of-a-train-wreck-how-priming-research-went-of-the-rails/comment-page-1/#comment-1454>. Acesso em: 24 maio. 2022.

LE BON, G. **Psicologia das Multidões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MACKAY, C. **Extraordinary popular delusions and the madness of crowds** : the classic guide to crowd psychology, financial folly and surprising superstition. Petersfield: Harriman House, 2018.

MATOS, M. G. de. **Policy Brief n. 07**. Lisboa: Direção Geral de Saúde, 2021.

MARTIN, P. M. V.; MARTIN-GRANEL, Es. 2,500-year Evolution of the Term Epidemic. **Emerging Infectious Diseases**, v. 12, n. 6, p. 976–993, 2006. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16707055/> Acesso em: 5 abr. 2022 DOI: 10.3201/EID1206.051263.

MELNIKOFF, D. E.; BARGH, J. A. The Mythical Number Two. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 22, n. 4, p. 280–293, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29571664/> Acesso em: 5 abr. 2022 DOI: 10.1016/J.TICS.2018.02.001.

MURRAY, D. **The madness of crowds**: gender, race and identity. London: Bloomsbury Continuum, 2020.

OUELLETTE, L.; GRAY, J. **Keywords for media studies**. New York: New York University Press, 2017.

PROCACCI, G.; SZAKOLCZAI, A. **La scoperta della società**: alle origini della sociologia. [s.l.]: Carocci, 2003.

PUBLIC HEALTH ENGLAND **COVID-19 confirmed deaths in England (to 31 January 2021)**: report. UK Health Security Agency. 3 may 2022. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/covid-19-reported-sars-cov-2-deaths-in-england/covid-19-confirmed-deaths-in-england-report> Acesso em: 5 maio 2022.

ROBERTSON, E. *et al.* Predictors of COVID-19 vaccine hesitancy in the UK household longitudinal study. **Brain, behavior, and immunity**, v. 94, p. 41–50, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33713824/> Acesso em: 5 abr. 2022 DOI: 10.1016/J.BBI.2021.03.008.

ROSE, N. S. **Powers of freedom**: reframing political thought. 9 ed. New York: Cambridge University Press, 2004.

ROTHKOPF, D. **When the Buzz Bites Back**. The Washington Post. 11 maio 2003. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/05/11/when-the-buzz-bites-back/bc8cd84f-cab6-4648-bf58-0277261af6cd/>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SARTORI, G. **Homo videns**: televisione e post-pensiero. 13 ed. Roma-Bari: Laterza, 2011.

SINGER, M. **Introduction to syndemics**: a critical systems approach to public and community health. [s.l.]: Jossey-Bass, 2009.

SPERBER, D. **La Contagion des idées**: théorie naturaliste de la culture. Paris: Odiles Jacob, 1996. 243 p.

STAFFORD, M. *et al.* **How to interpret research on ethnicity and COVID-19 risk and outcomes**: five key questions. The Health Foundation. 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.health.org.uk/publications/long-reads/how-to-interpret-research-on-ethnicity-and-covid-19-risk-and-outcomes-five>. Acesso em: 9 maio. 2022.

SCHIMMACK, U.; HEENE, M.; KESAVAN, K. **Reconstruction of a Train Wreck**: How Priming Research Went off the Rails. Replicability-Index. 2 fev. 2017. Disponível em: <https://replicationindex.com/2017/02/02/reconstruction-of-a-train-wreck-how-priming-research-went-of-the-rails/#comment-1454>. Acesso em: 24 maio. 2022.

DEPARTMENT OF GLOBAL COMMUNICATIONS. **UN tackles ‘infodemic’ of misinformation and cybercrime in COVID-19 crisis**. United Nations. 2020.

Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20220215041427/https://www.un.org/en/un-coronavirus-communications-team/un-tackling-‘infodemic’-misinformation-and-cybercrime-covid-19>. Acesso em: 19 fev. 2022.

WAGNER, P. **A sociology of modernity**: liberty and discipline. London - New York: Routledge, 1994.